O JORNAL DO PSTU
Ano X - Edição 264
R$ 2 - De 6 a 12/7/2006

NÃO PAGAR A DÍVIDA EXTERNA!

FMI

Páginas 6 e 7

OS ATOS DE LANÇAMENTO DA FRENTE DE ESQUERDA PELOS ESTADOS

Página 9

COPA DO MUNDO 2006: UMA SELEÇÃO QUE CAIU SEM LUTAR

Editorial e Página 12

SECA PIMENTEIRA - Antes do jogo com a França, Ricardo Teixeira, presidente da CBF, entrou no gramado. Foi a primeira vez que ele fez isso na Copa... Deu no que deu.

MANOBRA - Lula está tentando retirar do Congresso processos contra 225 emissoras de rádio. A solicitação foi feita por deputados que temem perder suas concessões.

ESQUENTANDO O DEBATE

Depois da atuação decisiva de Zidane contra o Brasil, muitos imigrantes franceses saíram às ruas para comemorar a classificação para as semifinais e defenderam o papel dos estrangeiros no país. "Foi graças a Zidane que a França ganhou a Copa de 98 e venceu hoje (contra o Brasil). Nós, filhos de imigrantes, somos a economia desse país. Nós é que trabalhamos nas padarias e construções", disse a argelina Abdel Rani. Zidane, como a maioria do time francês, é filho de imigrantes.

LA PELOTA DE KIRCHNER

O presidente argentino Néstor Kirchner aproveitou as últimas três semanas da copa para adotar uma série de medidas impopulares. Kirchner não perdeu tempo e decretou um aumento salarial de mais de 125% para si próprio, o vice-presidente e os ministros. O presidente não foi o único. Após o jogo com o México, o Congresso aprovou um aumento de 19% para deputados e senadores.

PÉROLA

"Os pobres não dão trabalho, pois não têm dinheiro para protestar em Brasília"

LULA, presidente da República e candidato à reeleição pelo PT (O Estado de S.Paulo, 02/07/2006)

CHARGE / GILMAR

MAIS UMA DE LULA

Durante um encontro em Chapecó (SC), Lula soltou mais um dos seus comentários machistas. "Hoje as mulheres estão muito 'bambambãs'. A mulher não se contenta mais em ser chamada de doméstica. Nada, elas já estão exigindo ser chamadas de executivas do lar", disse. Mais do que lamentável...

BURRO É PRESO EM PROTESTO

Um burro foi preso na Índia depois de ser usado num protesto contra políticos locais no estado de Tamil Nadu. A polícia alega que o animal é "prova do crime". Além de levar o burro, os policiais prenderam vários manifestantes e apreenderam materiais usados no protesto, incluindo uma barraca, um alto-falante e um amplificador. O animal, com um cartaz com os dizeres "lento para agir, desmotivado e teimoso" pendurado no pescoço, foi mantido na delegacia por uma noite.

Alertamos aos nossos leitores que o protesto foi contra políticos na Índia. Portanto, nada tinha a ver com o técnico da seleção Carlos Aberto Parreira, como alguns possam imaginar.

PSTU É HOMENAGEADO

A candidata a governadora pela Frente de Esquerda Socialista em Minas Gerais, Vanessa Portugal, recebeu em nome do **PSTU** o troféu entregue pela coordenação da 9ª Marcha do Orgulho GLBT às entidades e personalidades que se destacaram no apoio às reivindicações do movimento. O **PSTU** foi homenageado por ter sido o pioneiro na realização da primeira marcha na capital mineira, nos idos de 1998, quando o evento não reuniu mais do que 50 pessoas, em grande parte militantes do partido.

No dia 16 de julho, acontece a 9ª edição da marcha e, no dia anterior, a 2ª Caminhada das Lésbicas em Belo Horizonte.

NINGUÉM AGÜENTA

Não só no Brasil Galvão Bueno enche a paciência dos torcedores com seus comentários e piadas sem graça. No jogo do Brasil contra o Japão havia uma faixa no estádio com a seguinte frase, repetida por muitos durante as transmissões: "Cala a boca, Galvão". Claro que essa a Globo não filmou.

Trabalhadores conquistam liminar impedindo privatização do metrô

DIEGO CRUZ*, da redação

Os metroviários conquistaram mais uma vitória na luta contra a privatização da linha 4 do metrô de São Paulo. No último dia 3 de julho os trabalhadores conseguiram na Justiça uma liminar que suspende o edital de licitação para a linha. Na verdade, a Justiça alterou uma liminar anterior que apenas impedia a abertura dos envelopes com as propostas das empresas interessadas na licitação. Mesmo com o impedimento, a direção da empresa e o governo do estado, dirigido pelo PFL e pelo PSDB, insistiram na privatização.

Com a alteração da liminar, a licitação fica suspensa por tempo indeterminado. Os metroviários haviam marcado greve para o dia 4, caso o governo insistisse na privatização. Com a decisão, a greve foi suspensa, mas os trabalhadores seguem mobilizados.

A CAMPANHA do PSTU e da Frente de Esquerda vai estar a serviço da defesa do metrô

FRENTE DE ESQUERDA NA LUTA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO

Nem bem começou a campanha eleitoral, a Frente de Esquerda já demonstrou que vai lançar seus esforços não apenas na conquista dos votos dos eleitores, mas a favor das mobilizações dos trabalhadores. Os militantes do **PSTU** reafirmaram, em assembléia da categoria realizada no dia 3, que a campanha eleitoral do partido e da Frente Esquerda vai estar a serviço da luta em defesa do metrô, contra a privatização.

O candidato da frente ao governo, Plínio de Arruda Sampaio, esteve presente na assembléia dando apoio à mobilização dos metroviários. A candidata à presidência, Heloísa Helena, também lançou nota apoiando os trabalhadores e atacando a privatização.

A luta agora é realizar uma ampla campanha entre a população em defesa do metrô.

** Colaborou Alexandre Leme, de São Paulo (SP)*

EXPEDIENTE

OPINIÃO SOCIALISTA
é uma publicação semanal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
CNPJ 73.282.907/0001-64 - Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA
Rua dos Caciques, 265 - Saúde - São Paulo - SP - CEP 04145-000
Fax: (11) 5581.5776 e-mail: *opiniao@pstu.org.br*

CONSELHO EDITORIAL Bernardo Cerdeira, Cyro Garcia, Concha Menezes, Dirceu Travesso, João Ricardo Soares, Joaquim Magalhães, José Maria de Almeida, Luiz Carlos Prates "Mancha", Nando Poeta, Paulo Aguena e Valério Arcary **EDITOR** Eduardo Almeida Neto **JORNALISTA RESPONSÁVEL** Mariúcha Fontana (MTb14555) **REDAÇÃO** Diego Cruz, Jeferson Choma, Marisa Carvalho, Wilson H. da Silva, Yara Fernandes **CAPA** Ilustração Caglecartoons.com **DIAGRAMAÇÃO** Gustavo Sixel e Mônica Biasi **REVISÃO** Marisa Carvalho **IMPRESSÃO** Gráfica Lance (11) 3856-1356 **ASSINATURAS** (11) 3105-6316 *assinaturas@pstu.org.br - www.pstu.org.br/assinaturas*

ENDEREÇOS

SEDE NACIONAL

Rua dos Caciques, 265
Saúde - São Paulo (SP)
CEP 04145-000 - (11) 5581-5776

www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br
sindical@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
gayslesb@pstu.org.br
racaeclasse@pstu.org.br
livraria@pstu.org.br
internacional@pstu.org.br

ALAGOAS

MACEIÓ - Rua A-41, Quadra B5, 258
Bairro Graciliano Ramos - Maceió - AL
(82)9903.1709 (81)9101.5404
maceio@pstu.org.br

AMAPÁ

MACAPÁ - Av. Pe. Júlio, 374 - Sala 013 - Centro (altos Bazar Brasil)
(96) 3224.3499
macapa@pstu.org.br

AMAZONAS

MANAUS - R. Luiz Antony, 823, Centro (92) 234-7093
manaus@pstu.org.br

BAHIA

SALVADOR - R.Fonte do Gravatá, 36, Nazaré (71) 321-3632
salvador@pstu.org.br
ALAGOINHAS - R. 13 de Maio, 42 Centro
IPIAÚ - Av. Lauro de Freitas, 282, Centro
VITÓRIA DA CONQUISTA
Rua C, Quadra C, 27 - Morada do Bem Querer - Candeias
www.pstu.org.br/conquista

CEARÁ

FORTALEZA *fortaleza@pstu.org.br*
CENTRO -Av. Carapinima, 1700, Benfica (82) 254-4727
www.pstufortaleza.org
MARACANAÚ -Rua 1, 229 - Conjunto Jereissati 1
JUAZEIRO DO NORTE - Rua Padre Cícero, 985, Centro

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - Setor de Diversões Sul - CONIC - Edifício Venâncio V, sala 506
Asa Sul - Brasília - DF
brasilia@pstu.org.br

ESPÍRITO SANTO

VITÓRIA - *vitoria@pstu.org.br*

GOIÁS

FORMOSA - Av. Valeriano de Castro, nº 231, Centro - (61) 631-7368
GOIÂNIA - R. 70, 715, 1º and./sl. 4 (Esquina com Av. Independência)
(62) 9244-9090
goiania@pstu.org.br

MARANHÃO

SÃO LUÍS - (98) 3245-8996 / 3258-0550
saoluis@pstu.org.br

MATO GROSSO

CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165, Jd. Leblon (65) 9956-2942

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE - Av. América, 921
Vila Planalto (67) 384-0144
campogrande@pstu.org.br

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE *bh@pstu.org.br*
CENTRO - Rua da Bahia, 504/ 603 - Centro (31) 3201-0736
BETIM - R. Inconfidência, sl 205 Centro
CONTAGEM - Rua França, 532/202 - Eldorado - (31) 3352-8724
JUIZ DE FORA juizdefora@pstu.org.br
UBERABA R. Tristão de Castro, 127 - (34) 3312-5629
uberaba@pstu.org.br
UBERLÂNDIA - R. Ipiranga, 62 - Cazeca

PARÁ

BELÉM *belem@pstu.org.br*
Tv. do Vileta, 2.519 - (91) 226-3377
ICOARACI - R. Pe. Júlio Maria, 403/1
(91) 227-8869 / 247-7058
CAMETÁ - Tv. Maxparijós, 1195, B. Novo
RONDON DO PARÁ - R. Ayrton Senna, 147 (94) 326-3004
SÃO FRANCISCO DO PARÁ - Rod. PA-320, s/nº (ao lado da Câmara) (91) 96172944

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - R. Almeida Barreto, 391, 1º andar - Centro (83) 241-2368 -
joaopessoa@pstu.org.br

PARANÁ

CURITIBA - R. Alfredo Buffren, 29 sl. 4

PIAUÍ

TERESINA - Rua Quintino Bocaiúva, 778

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO *rio@pstu.org.br*
(21) 2232-9458
LAPA - Rua da Lapa, 180 - sobreloja
DUQUE DE CAXIAS - Rua das Pedras, 66/01, Centro
NITERÓI - Av. Visconde do Rio Branco, 633 / 308 - Centro
niteroi@pstu.org.br
NOVA FRIBURGO - Rua Guarani, 62 - Cordueira (24) 2533-3522
NOVA IGUAÇU - Rua Cel Carlos de Matos, 45 - Centro
novaiguacu@pstu.org.br
SÃO GONÇALO - Rua Ary Parreiras, 2411 sala 102 - Paraíso (próximo a FFP/UERJ)
SUL FLUMINENSE
sulfluminense@pstu.org.br
BARRA MANSA - Rua Dr Abelardo de Oliveira, 244 Centro (24) 3322-0112
VALENÇA - Pça Visc.do Rio Preto, 362/402, Centro (24) 3352-2312
VOLTA REDONDA - Av. Paulo de Frontim, 128- sala 301 - Bairro Aterrado
NORTE FLUMINENSE
nortefluminense@pstu.org.br

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL
CIDADE ALTA - R. Dr. Heitor Carrilho, 70 (84) 201-1558
ZONA NORTE - Rua Campo Maior, 16 Centro Comercial do Panatis II

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE *portoalegre@pstu.org.br*
CENTRO - R. General Portinho, 243
(51) 3024-3486 / 3024-3409
ZONA NORTE - Av. Baltazar de Oliveira Garcia, 2669 Sala 205
(Esquina com Manoel Elias)
(51) 3024-3419
BAGÉ - (53) 8402-6689 / 3241-7718
PASSO FUNDO - (54) 9993-7180
RIO GRANDE - (53) 9977-0097
SANTA MARIA - (55) 84061675 / 3223-3807, *santamaria@pstu.org.br*

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - Rua Nestor Passos, 104, Centro (48) 3225-6831
floripa@pstu.org.br
CRICIÚMA - Rua Pasqual Meller, 299, Bairro Universitário, (48) 9102-4696
agapstu@yahoo.com.br

SÃO PAULO

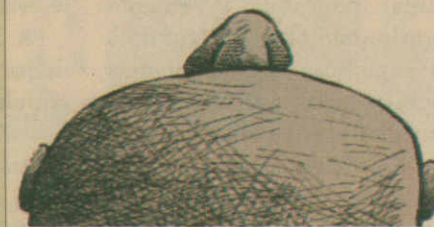
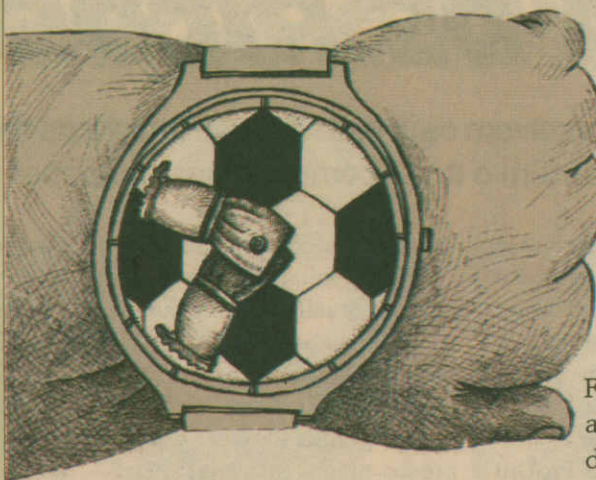
SÃO PAULO *saopaulo@pstu.org.br*
CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248 - São Bento (11) 3313-5604
ZONA NORTE -Rua Rodolfo Bardela, 183 V. Brasilândia (11) 3925-8696
ZONA LESTE - R. Eduardo Prim Pedroso de Melo, 18 (próximo à Pça. do Forró) - São Miguel
ZONA SUL Santo Amaro – Av. João Dias, 1.500 - piso superior
BAURU - Rua Antonio Alves nº6-62 - Centro - (14) 227-0215
bauru@pstu.org.br
www.pstubauru.ig.com.br
CAMPINAS - R. Marechal Deodoro, 786
(19) 3235-2867
campinas@pstu.org.br
GUARULHOS *guarulhos@pstu.org.br*
Av. Esperança, 705 casa 2
Vila Progresso (11) 6441-0253
Av. João Veloso, 200 - Cumbica
(11) 3436-8887
JACAREÍ - R. Luiz Simon,386 - Centro
(12) 3953-6122
MOGI DAS CRUZES - Rua Engenheiro Gualberto, 53 - Centro
(11) 4796-8630
www.pstu.org.br/altotiete
RIBEIRÃO PRETO
Rua Paraíso, 1011, Térreo - Vila Tibério (16) 3637-7242
ribeiraopreto@pstu.org.br
SANTO ANDRÉ -Rua Oliveira Lima, 279 sala 5 - 2º andar
SÃO BERNARDO DO CAMPO - R. Mal. Deodoro, 2261 - Centro
(11) 4339.7186
saobernardo@pstu.org.br
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
sjc@pstu.org.br
CENTRO - Rua Sebastião Humel, 759
(12) 3941.28455
ZONA SUL - Rua Brumado, 169 - Vale do Sol
SOROCABA - Rua Prof. Maria de Almeida, 498 - Vila Carvalho
(15) 9129.7865
sorocaba@pstu.org.br
SUZANO *suzano@pstu.org.br*
TAUBATÉ - Rua D. Chiquinha de Mattos, 142/ sala 113 - Centro

SERGIPE

ARACAJU - Av. Gasoduto / Francisco José da Fonseca, 1538-b
Cjto. Orlando Dantas (79) 3251-3530
aracaju@pstu.org.br

EDITORIAL

É HORA DE LUTAR

ARES

É comum dizer que o ano só começa no Brasil depois do Carnaval. Em 2006, tivemos dois carnavais. A Copa mobilizou o país pela paixão do povo pelo futebol, e terminou melancolicamente por obra e graça de Carlos Alberto Parreira e companhia. Carregaremos a frustração de ver a seleção perder sem lutar, a pior das derrotas. O país deixa o sonho do hexa e volta ao duro cotidiano da exploração e da corrupção.

Os mesmos de sempre vão querer nos vender ilusões e provocar decepções maiores que as da Copa. O governo Lula passa a idéia de ser o "pai dos pobres", que fez o que pôde pelos trabalhadores e que, se reeleito, vai fazer muito mais. A maioria, infelizmente, ainda se ilude. Por pior que tenha sido a decepção com a copa, terá doído pouco perto do que será um futuro governo Lula.

Ele já se comprometeu a seguir pagando as dívidas externa e interna, que impede qualquer melhoria real para os trabalhadores. Pior ainda, prometeu aos grandes empresários do país que vai impor uma reforma trabalhista para cortar as férias e o décimo-terceiro salário dos trabalhadores. Vai ser a reedição piorada da euforia de antes da Copa e da raiva depois da derrota.

Geraldo Alckmin, candidato de PSDB/PFL, quer fazer o povo acreditar que se propõe a mudar alguma coisa. Mas Lula é a continuidade do plano econômico e da corrupção de FHC. Por isso, até agora a candidatura tucana não emplacou. É difícil que Alckmin consiga, ao lado de ACM, se queixar da corrupção. É como se fossem Parreira e Roberto Carlos pedindo outra chance.

É preciso renovar, e não só na seleção. Os trabalhadores não merecem a continuidade do que está aí. O povo brasileiro não tem só uma cultura futebolística fantástica. Não tem só a capacidade de criar jogadas fabulosas e sonhar com a bola nos pés.

Tem também uma tradição de luta operária e popular impressionante. Este povo derrotou a ditadura com as grandes mobilizações das Diretas Já, e derrubou Collor.

Foram as grandes greves operárias da década de 80 que mudaram o panorama sindical e político deste país, criando a CUT e o PT. E agora, quando a CUT e o PT cumprem o mesmo papel dos pelegos e dos partidos dominantes daquele tempo, o povo pode tirá-los também do caminho.

Não queremos que os trabalhadores terminem como a seleção, derrotados sem lutar

A avaliação, muitas vezes ouvida, de que o povo brasileiro é por natureza passivo, não tem nada a ver com a realidade. Expressa somente estes anos de refluxo das lutas e a esperança de que tudo se resolveria com a eleição de Lula.

Agora os tempos são outros. A América Latina está indicando novos tempos de convulsões sociais. Só a mobilização direta dos trabalhadores pode acabar com a exploração e a corrupção. Pouco a pouco, os primeiros passos começam a ser dados. A construção da Conlutas, em maio deste ano, foi um primeiro passo para esta mudança.

Também há pouco, no terreno eleitoral, foi formada a Frente de Esquerda, reunindo **PSTU**, PSOL e PCB, com a candidatura de Heloísa Helena à Presidência da República. Nós impulsionamos a unidade da esquerda nas lutas e nas eleições.

Agora que acabou a Copa, é hora de luta! Isso significa apoiar as mobilizações salariais que estão em curso e a campanha da Conlutas contra o Super Simples. Significa também começar a campanha eleitoral da Frente de Esquerda.

É preciso colocar a campanha nas ruas, o que começa já nesta semana com o ato da frente no Rio de Janeiro. É preciso multiplicar as iniciativas com os primeiros panfletos, a preparação da vanguarda, a agitação nas portas de empresas, os debates.

Agora é luta! Não queremos que os trabalhadores terminem como a seleção, derrotados sem lutar.

ESMOLAS AOS POBRES, OURO PARA OS RICOS

PROGRAMAS SOCIAIS compensatórios não resolvem os problemas estruturais da miséria e servem apenas para ocultar que o governo Lula mantêm o Brasil como um dos campeões da desigualdade

DAVID CAVALCANTI, de Recife (PE)

Programas sociais compensatórios não resolvem os problemas estruturais da miséria e servem apenas para ocultar que o governo Lula mantém o Brasil como um dos campeões da desigualdade.

O governo Lula, em prestação de contas de 2005 e primeiro semestre de 2006 (www.brasil.gov.br), afirma que vem combatendo a pobreza e promovendo a distribuição de renda. O grande balanço apresentado é a redução da miséria em 8%, segundo dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar), além de informações genéricas de que a riqueza no Brasil estaria se desconcentrando.

O centro das políticas sociais de Lula é o Fome Zero, que chegou a utilizar R$ 27 bilhões desde o início do governo, com 31 ações articuladas. O carro-chefe é o Bolsa Família, programa de distribuição de bolsas para famílias com renda de até R$ 120 por pessoa.

O Bolsa Família já teria atingido cerca de 9 milhões de famílias com a transferência direta de R$ 11 bilhões, ou aproximadamente R$ 1.222 em três anos por família, com valores que variam de R$ 15 a R$ 95. O mais patético é o governo dizer que está cumprindo as metas da ONU para reduzir a pobreza pela metade em 25 anos.

PROBLEMAS ESTRUTURAIS

Todas as políticas sociais articuladas pelo Fome Zero têm o mesmo sentido: conceder bolsas ou auxílios incapazes de gerar uma alternativa estrutural de vida para as pessoas envolvidas. Essas políticas também não questionam o abismo da concentração da riqueza e a propriedade privada nas mãos da burguesia. E, o que é pior, a conseqüência de uma família pobre receber bolsa de R$ 50 por filho é criar uma relação de dependência populista com o governo.

Há casos em que a distribuição de bolsas é responsável por mais de 50% da renda circulante dos pequenos municípios do interior envolvidos no projeto, sem possibilitar a criação de empregos plenos ou realizar a reforma agrária, o que seria a saída estrutural para vários municípios do nordeste, por exemplo.

Outro exemplo é o ProUni (Programa Universidade para Todos), que oferece bolsas para alunos de baixa renda nas faculdades privadas e já recebeu a adesão de 1.142 instituições. Sua finalidade é lucrar com a mercantilização da educação, num mercado bilionário extremamente competitivo que já atingiu 70% das matrículas totais dos alunos no Brasil em 2002 – grana certa para os barões do ensino superior privado. Somente no primeiro ano, o ProUni ofereceu 112 mil bolsas, mas o total de vagas oferecidas pelos vestibulares nas universidades federais foi de apenas 122 mil por ano.

CARTILHA IMPERIALISTA

O governo Lula, seguindo as orientações do Banco Mundial, promove políticas sociais compensatórias que não resolvem nem parcialmente os grandes problemas brasileiros. E mais: corrompem a consciência de parcelas expressivas da população pobre, visando as eleições e a compra de voto.

Para avaliar concretamente se o Brasil está avançando na superação dos seus problemas sociais mais urgentes, é preciso avaliar, no mínimo, quatro grandes temas: desemprego, níveis salariais, distribuição de renda e reforma agrária. São temas estruturais na superação dos problemas sociais do Brasil, pois sem uma política de pleno emprego não é possível falar em inclusão social. Sem questionar a extrema desigualdade no campo, esqueceremos cerca de 5 milhões de famílias sem terras e, sem modificar a atual distribuição de renda, não adianta distribuir bolsas, cestas básicas ou vales.

AGÊNCIA BRASIL

Com relação ao desemprego, não houve nenhuma mudança nos três anos do governo Lula que não esteja vinculada à conjuntura de curto prazo da chamada estabilidade econômica. Desde 1998, o índice de desempregados oscila entre 10% e 12% da população ativa.

Sobre o poder de compra real dos salários, houve inclusive uma queda. Em São Paulo, por exemplo, os assalariados ganhavam, em 1998, em média R$ 1.540. Em 2005, essa média caiu para R$ 1.146, segundo o Dieese. Outro dado importante é que o próprio aumento do salário mínimo para R$ 350 está bem abaixo do salário mínimo de 1980, atualizado – R$ 546. O salário mínimo necessário para se viver dignamente no Brasil hoje está em R$ 1.503.

A respeito da distribuição de renda, há 14 anos 10% da população mais pobre do país possuía apenas 0,8% de toda a renda nacional, e os 10% mais ricos possuíam 45,1%. Em 2003, os 10% mais pobres detinham 0,7% da renda, enquanto os 10% mais ricos abocanhavam 46,1%. Ou seja, nada mudou. Apenas 5 mil famílias controlam 40% de toda a riqueza do país e, somente na cidade de São Paulo, 350 mil famílias vivem sem qualquer remuneração.

Sobre a reforma agrária, é preciso ressaltar que existem cerca de 5 milhões de famílias sem terras num país de absurda concentração de terra. De um total de 3.573.910 propriedades, as pequenas representam apenas 14,7% da área total e as grandes propriedades, 58,1%, segundo o Dieese.

Diante deste quadro herdado da colonização, o governo Lula continua beneficiando os latifundiários e o agronegócio para exportação. O principal programa do Ministério de Desenvolvimento Agrário é o PRONAF que, segundo o governo, teria beneficiado 1 milhão de famílias na política de crédito para os pequenos produtores agrícolas. Ora, para 1 milhão de famílias o governo dedicou apenas R$ 8,8 bilhões no último ano, enquanto na última semana de maio, numa só canetada, Lula assinou um pacote para o agronegócio destinando R$ 60 bilhões de crédito extra para 2006 e 2007, ou seja, sete vezes mais recursos.

Segundo o ex-ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, esse pacote é apenas um paliativo para as grandes medidas estruturadoras que virão no próximo ano (*O Estado de S. Paulo*, 23/06/06). Mas o volume de crédito para o mesmo setor já havia dobrado nos últimos três anos, chegando a R$ 44,4 bilhões na safra 2005/2006. E os conflitos e assassinatos de sem-terra vêm aumentando ano a ano.

Ainda segundo o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), entre 1995 e 2005 foram criados 6.574 projetos de reforma agrária que hoje estariam em execução (média de 657 por ano), com assentamento de apenas 551.243 famílias em dez anos, ou cerca de 10% do número de famílias sem terras existentes no Brasil. O governo Lula foi o que menos criou projetos por média anual (321 em 2003, 446 em 2004 e 163 em 2005). Tudo isso à custa da domesticação do MST e de apenas 237 mil famílias assentadas em três anos.

Enquanto o poder de compra dos salários cai, o desemprego estrutural aumenta e a concentração de renda não diminui, pois a propriedade urbana e rural é intocável.

DESCONSTRUINDO A FARSA

A origem do presidente Lula e essas pequenas concessões sustentam a farsa do "pai dos pobres". Lula foi um operário, mas já renegou o seu passado. Hoje governa para os grandes empresários e banqueiros, cuidado com zelo paternal dos seus negócios.

MAIS MONOPÓLIO NO AR

WILSON H. DA SILVA, *da redação*

No dia 29 de junho, Lula e o ministro das Comunicações do Japão, Heizo Takenaka, assinaram o acordo para implantação do sistema de TV digital no país. Depois de cerca de dez anos de discussões e uma acirrada disputa entre empresas norte-americanas, européias e japonesas, a assinatura foi comemorada e anunciada como mais uma conquista do governo na condução do país ao "primeiro mundo".

Para se ter uma idéia da importância dada pelo governo ao acordo, no dia 2 de julho, nada menos que seis ministros assinaram um artigo na *Folha de S. Paulo* para defender as razões que levaram o governo a optar pelos japoneses. Segundo o artigo, o que motivou a escolha foram questões puramente técnicas – melhor qualidade das imagens e serviços – e a preservação das diretrizes que Lula estabeleceu para o sistema: *"acessibilidade por parte de toda a população; inclusão social; preservação da identidade nacional nos meios de comunicação de massa; fortalecimento da cadeia produtiva de televisão"*.

Tudo muito bonito. Mas tão verdadeiro quanto o enredo de uma telenovela. Aliás, é grande a proximidade desta história com a teledramaturgia. Afinal, por trás da escolha do padrão japonês (conhecido como ISDB), estão interesses tão escusos quanto as falcatruas e manobras típicas dos vilões que povoam a "telinha". A única diferença é que, neste caso, quase todo mundo já sabia como a história iria acabar.

Apesar de a discussão ter começado ainda no governo FHC, o debate ganhou corpo em 2003, quando Lula anunciou a intenção de definir o padrão a ser adotado no Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD). Desde então, cerca de 1.500 cientistas e técnicos brasileiros se dedicaram a estudar qual seria o melhor deles e, principalmente, a desenvolver um sistema próprio, com tecnologia nacional, que nos desse autonomia. Neste processo, foram gastos cerca de R$ 50 milhões em verbas públicas.

Enquanto isso, nos bastidores, representantes dos sistemas europeu (conhecido como DVB e utilizado em 99 países) e norte-americano (ATSC, adotado pelos EUA, além de Canadá, México e Coréia do Sul) se debatiam furiosamente para conseguir o papel principal. Como anunciamos em março no ***Opinião***, todas as evidências levavam a crer que, no capítulo final, Lula subiria ao altar com os japoneses (apesar de o padrão ser utilizado só neste país), levando como damas-de-honra as emissoras brasileiras e como madrinha a sempre onipresente Rede Globo.

O QUE HÁ POR TRÁS ?

Em uma *Carta Aberta* divulgada no dia 29 de junho, a Frente Nacional por um Sistema Democrático de TV Digital afirma que a adoção do padrão japonês, *"no apagar das luzes do primeiro mandato do presidente Lula"*, significa não só a morte do SBTVD, como também a submissão do governo *"aos interesses dos principais radiodifusores do país, especialmente aos das Organizações Globo"*.

A nota destaca ainda que, além da falta de transparência nas negociações, elas também foram marcadas pela completa ausência de discussão com a população, *"privilegiando a interlocução com os representantes das emissoras comerciais de televisão e negando-se a abrir espaço semelhante às organizações sociais"*.

Para se entender o porquê disto, é preciso lembrar duas coisas. Primeiro, as possibilidades oferecidas pelo sistema digital são, no mínimo, fascinantes: assistir à programação em equipamentos móveis, acessar até quatro canais por faixa e uma quase completa interatividade (podendo, por exemplo, usar a TV para serviços públicos, comentar programas, ler e-mails, etc). Segundo, o que diferencia os padrões que estavam em disputa é que este serviço pode tanto priorizar a transmissão por empresas de telecomunicações (casos europeu e norte-americano) ou pelas emissoras de TV (sistema japonês).

Ou seja, por trás dos três padrões, existiam unicamente dois grandes grupos. De um lado, as emissoras de TV. Do outro, os fabricantes de celulares e tecnologia móvel, aliados às grandes operadoras. A "vitória" das emissoras significa que os celulares poderão receber a programação da TV aberta diretamente, sem que os sinais passem pela rede das telefônicas (ou seja, sem que estas recebam um só centavo). Caso as teles tivessem ganho a queda de braço, poderiam atuar na distribuição e produção de conteúdos tanto para a TV quanto para os celulares. Algo, evidentemente, inaceitável para a Rede Globo e suas parceiras (principalmente quando se sabe que, no Brasil, temos cerca 54 milhões de aparelhos de TV, contra 85 milhões de celulares).

O CUSTO DA MODERNIDADE

As negociações e a decisão do modelo foram conduzidas pelo ex-repórter da Rede Globo e atual ministro das Comunicações, Hélio Costa, e sua implantação deve implicar em, no mínimo, R$ 100 bilhões em dez anos.

Costa, Lula e seus parceiros não dizem, no entanto, que, como sempre, a população vai arcar com os custos. Segundo especialistas, o investimento que terá de ser feito pela população para a migração de um sistema para outro (compra de novos televisores e conversores, além dos "inevitáveis" impostos e taxas adicionais) será cerca de dez vezes maior do que aquele bancado pelas emissoras.

Segundo o ministro, somente o equipamento decodificador para fazer a conversão do sistema analógico para o digital irá custar entre R$ 80 e R$ 100. O que também não é verdade. Todos os especialistas acreditam que o custo médio de cada aparelho não será inferior a US$ 150 (R$ 300), podendo chegar facilmente ao dobro. Além disso, a alta resolução prometida pelo sistema só será desfrutada em aparelhos de televisão que, hoje, custam cerca de R$ 7 mil.

Toda esta tecnologia não tem como objetivo trazer benefícios e serviços ao público. A interatividade, ou seja, a possibilidade de o espectador acessar o canal "online" é um sonho para os vendedores de produtos pra lá de supérfluos dos programas de TV.

Por fim, como entre capitalistas, até os "perdedores" acabam lucrando. As empresas de celulares também receberão seu filão, já que também se prevê que, nos próximos anos, milhões trocarão seus celulares por aparelhos capazes de captar a programação da TV no visor.

DE OLHO NAS URNAS

Em seu decreto, Lula atendeu uma outra reivindicação fundamental para as redes de TV. Como todo o processo de migração dos usuários de um sistema para outro deve demorar no mínimo dez anos, o governo concedeu "gratuitamente" um novo canal para todas as emissoras. Assim, elas poderão oferecer, paralelamente, sua programação para TV's analógicas e digitais.

Esse "agrado" praticamente decreta a continuidade do monopólio dos meios de comunicação, já que fecha o espectro possível de canais em UHF e VHF em São Paulo e Rio para novas redes de TV e para outros usos das freqüências, como internet e telefonia.

Esse verdadeiro pacote de benefícios concedidos às emissoras não foi feito a troco de nada. Como denunciou um informativo do *Intervozes: Coletivo Brasil de Comunicação Social*, Lula cedeu – sem nenhuma resistência ou pudor – ao "pragmatismo eleitoral".

PROMESSAS, PROMESSAS... DEMOCRACIA, NADA!

Nas negociações, para justificar sua submissão às emissoras, o governo afirmava que o Brasil receberia dos japoneses a construção de fábricas e o repasse de tecnologia. No fim, nada disso ocorreu.

Agora, além de prometer a criação de TV's públicas para garantir o acesso ao sistema, Lula diz que irá financiar ou subsidiar o custo dos decodificadores. Mais um conto de fadas pré-eleitoral.

O fato é que Lula não só agiu mais uma vez pautado nos interesses do grande capital, como também dinamitou a possibilidade de o Brasil se tornar autônomo em uma área estratégica, já que os milhões de reais e todo o esforço dos pesquisadores brasileiros agora servirão simplesmente para "adaptar" o sistema japonês.

O governo deu mais um importante passo na direção contrária do que precisamos nos meios de comunicação: a sua completa democratização, o fim dos monopólios e o controle da sociedade sobre quem e o que se veicula nas emissoras de rádio e TV. Possibilidade que poderiam ser potencializadas pela tecnologia digital, na medida em que esta permite múltiplos canais que, ao invés de ficarem promovendo vendas e bobagens, poderiam ser utilizados pelas organizações dos movimentos sociais.

É preciso que os movimentos sociais assumam a luta pela democratização, enfrentando os monopólios, grupos econômicos e famílias que controlam os veículos e denunciando o papel de um governo que tem um ministro da Globo, fecha rádios comunitárias e usa da digitalização para fortalecer o monopólio.

A SANGRIA DA DÍVIDA EXTERNA E AS ELEIÇÕES DE OUTUBRO

Dois pensamentos habitam o senso comum sobre dívida externa: "devemos honrar nossas dívidas" e "se não pagarmos a dívida externa, ficaremos isolados e não atrairemos mais os capitais de que nosso país tanto precisa". Para o PSTU, a dívida não pode, nem deve ser paga. Tentaremos demonstrar na série 'As amarras da dívida externa'* que essa dívida não é nossa; que, além do imperialismo e seus capitalistas, apenas uma parcela ínfima da população se beneficia com ela, apesar de ser paga com a exploração dos trabalhadores; que ela é o resultado de o Brasil ser uma semicolônia do imperialismo; e que ela é um dos mecanismos de dominação com que contam os estados imperialistas e seus capitalistas para a reprodução desta dependência.

***JOÃO VALENTIM,** do Rio de Janeiro, e **CRISTIANO MONTEIRO**, de São Paulo*

É chamada "dívida externa do Brasil' a soma de todas as dívidas que "residentes no Brasil" possuem com "residentes no exterior". Mas quem são esses residentes no Brasil e no exterior?

São chamados residentes no Brasil não apenas os brasileiros ou as empresas de propriedade de brasileiros, mas também as empresas de capital estrangeiro instaladas no território nacional. Assim, uma dívida da filial de uma empresa multinacional instalada no Brasil com sua matriz nos EUA, por exemplo, é considerada, por este critério, dívida externa do Brasil com os EUA, apesar de ser uma transação que ocorre dentro do mesmo grupo empresarial.

Em outras palavras, a "dívida externa do Brasil" é a soma das dívidas das empresas instaladas no território brasileiro (de capital estrangeiro ou nacional), das pessoas físicas e dos governos (federal, estaduais e municipais) com empresas no exterior, governos estrangeiros e instituições internacionais como o FMI, o Banco Mundial, o BID, etc.

Esta reformulação nos ajuda a enxergar a armadilha da expressão "dívida externa do Brasil". Um país não é um sujeito, não toma decisões, não tem interesses próprios, não exporta nem importa, não empresta nem toma emprestado. É apenas o território político-econômico em que essas decisões são tomadas por inúmeros agentes, privados e públicos, que atuam em seu interior. Estes, sim, têm interesses próprios. Essa expressão é freqüentemente utilizada como forma de nos convencer de que essas dívidas são de todos e que somos responsáveis por elas.

SOBRE O CRITÉRIO DAS TEORIAS ECONÔMICAS BURGUESAS

Essas teorias consideram as transações econômicas internacionais (comércio exterior, empréstimos e investimentos estrangeiros, etc.) como sendo realizadas entre países, em vez de entre agentes, como empresas, trabalhadores, governos etc. Com isso, tendem a ocultar as verdadeiras relações econômicas e sociais.

Este entendimento significa, por um lado, considerar que as lutas entre as classes e no interior das classes seriam secundárias perante o embate entre os países. Por outro lado, significa ignorar a internacionalização dos capitais, cujos interesses ultrapassam as fronteiras nacionais de seus países de origem, ao penetrar em outras economias, passando a agir não apenas de fora, mas desde dentro dos países receptores desses capitais.

Para os marxistas, a luta de classes ocupa a posição central na explicação das questões econômicas e sociais. A luta entre os países é, na verdade, uma expressão distorcida da luta de classes. A interferência da ação do capital estrangeiro nas economias nacionais internacionaliza a luta de classes e reforça a necessidade da unidade dos trabalhadores de todo o mundo. Coloca também a questão da independência econômica e política (luta antiimperialista) dos países dependentes como um dos elementos fundamentais da luta de classes no planeta.

COMO E COM QUE RECURSOS A DÍVIDA EXTERNA É FEITA E PAGA?

As transações econômicas internacionais são negociadas em moedas estrangeiras aceitas internacionalmente (dólar, por exemplo). Como as transações econômicas internas à economia brasileira são realizadas em moeda nacional, os dólares que ingressam no Brasil, fruto de exportações, empréstimos, investimentos, etc., ficam em posse do Banco Central e vão constituir as "reservas internacionais do país". Uma empresa que tenha adquirido um empréstimo internacional recebe, em troca, o valor em reais correspondente, através de uma operação de câmbio, para utilizá-los no interior da economia brasileira.

Simetricamente, quando uma dívida é paga, o tomador dos empréstimos converte seus reais em dólares, deduzindo os recursos das "reservas internacionais". Ou seja, quando entram novos recursos em dólares, ocorre uma elevação das "reservas cambiais" e, quando saem recursos monetários do Brasil, há uma diminuição dessas reservas.

DÍVIDA EXTERNA, RESPONSABILIDADE DE TODOS?

A questão das reservas é fundamental para a compreensão do problema da dívida externa. Se estão muito baixas, isso pode comprometer a capacidade dos residentes no Brasil, endividados no exterior, de pagar suas dívidas. Não porque estes não tenham os recursos para pagar, mas porque não têm como convertê-los em dólar ou em outra moeda forte.

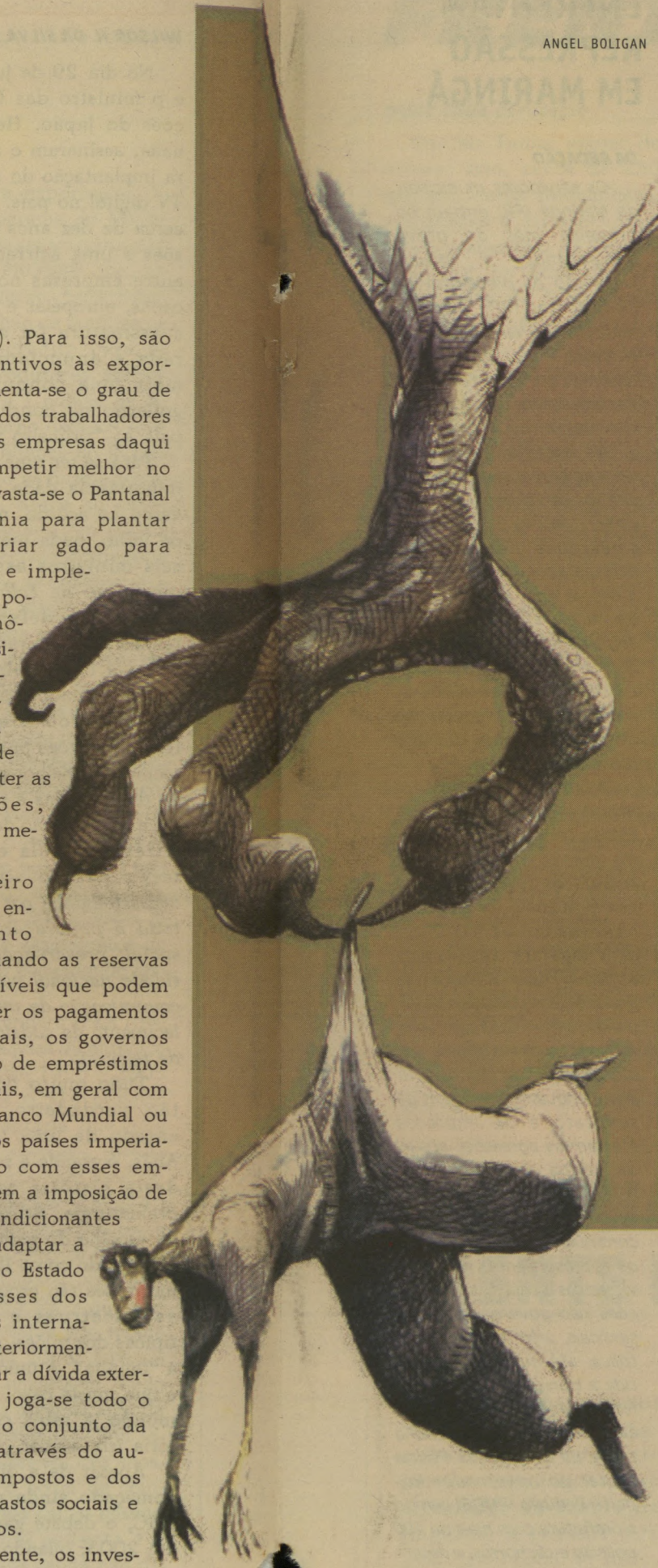
O pavor dos investidores internacionais é não haver reservas suficientes para que possam colher os frutos de seus investimentos na economia brasileira. Seu principal artifício para escapar a este problema é impor ao conjunto da sociedade, em especial aos trabalhadores, a responsabilidade por manter reservas em patamares "seguros". Daí a importância de afirmar que a dívida externa é do Brasil, ou seja, responsabilidade de todos.

Esta imposição utiliza principalmente três recursos para aumentar as reservas. Um deles é a concessão de privilégios ao capital estrangeiro, de forma a tornar seu ingresso mais atrativo. Assim, diminuem-se os impostos ao capital estrangeiro, aumentam-se os juros para atrair capital especulativo, atacam-se salários e direitos trabalhistas e muda-se a legislação para facilitar a remessa de lucros, *royalties* e outras rubricas, etc.

O segundo recurso é o da adoção de políticas econômicas para melhorar o saldo da balança comercial (diferença entre importação e exportação). Para isso, são dados incentivos às exportações, aumenta-se o grau de exploração dos trabalhadores para que as empresas daqui possam competir melhor no exterior, devasta-se o Pantanal e a Amazônia para plantar soja ou criar gado para exportação e implementam-se políticas econômicas recessivas para reduzir o consumo e a produção, de forma a conter as importações, entre outras medidas.

O terceiro recurso é o endividamento público. Quando as reservas alcançam níveis que podem comprometer os pagamentos internacionais, os governos lançam mão de empréstimos internacionais, em geral com o FMI, o Banco Mundial ou governos dos países imperialistas. Junto com esses empréstimos vem a imposição de cláusulas condicionantes que visam adaptar a economia e o Estado aos interesses dos investidores internacionais. Posteriormente, para pagar a dívida externa pública, joga-se todo o peso sobre o conjunto da sociedade, através do aumento de impostos e dos cortes nos gastos sociais e investimentos.

Naturalmente, os investidores internacionais não podem realizar isso diretamente. Necessitam de governos, congressos e judiciários subservientes para que seus interesses sejam defendidos e implementados.

** Este artigo é o primeiro da série. O próximo tratará da relação entre o caráter dependente do capitalismo brasileiro e a dívida externa.*

ANGEL BOLIGAN

A FRENTE DE ESQUERDA E A LUTA CONTRA O PAGAMENTO

***EDUARDO ALMEIDA**, da redação*

A Frente de Esquerda tem a responsabilidade de defender nesta campanha eleitoral a bandeira da luta contra o pagamento das dívidas interna e externa.

Se depender das campanhas de PT/PC do B e PSDB/PFL, o tema das dívidas sequer será discutido. Tenta-se evitar esta questão central em qualquer plano que proponha enfrentar os gravíssimos problemas sociais do país.

O governo Lula, até o final de seu mandato, pagará cerca de R$ 500 bilhões em juros, mais do que FHC em seus dois governos (R$ 467 bilhões).

Este dinheiro é retirado dos investimentos necessários na economia. Enquanto o pagamento das dívidas dava um salto, o desemprego crescia de 9,6%, em 1986, para os índices atuais que se aproximam de 20% nas grandes cidades.

Esse dinheiro é retirado também dos gastos sociais em educação, saúde e habitação, e dos salários dos trabalhadores. Quando tratamos da crise da saúde e da educação pública, estamos falando da dívida. Para pagá-la, o governo impõe um superávit primário brutal, que chegou só em abril deste ano a R$ 19,4 bilhões.

Os salários dos trabalhadores são rebaixados para se encaixar num plano econômico voltado para o pagamento da dívida, se adequando aos níveis determinados pela globalização. Para manter isso, tanto Lula como Alckmin vão querer impor aos trabalhadores uma reforma trabalhista selvagem, que vai retirar direitos históricos como o 13° salário e as férias. O objetivo é chegar aos níveis de arrocho dos trabalhadores chineses, que ganham duas ou três vezes menos que os brasileiros.

O Bolsa Família, principal cabo eleitoral de Lula, custou ao governo no ano passado R$ 5,5 bilhões, quase 50 vezes menos que os R$ 272 bilhões destinados ao pagamento das dívidas em 2006, o "Bolsa Banqueiro".

O QUE SERIA POSSÍVEL FAZER COM O DINHEIRO DA DÍVIDA

É possível mudar o país se pararmos de pagar as dívidas e rompermos com o imperialismo. É só ver o que poderia ser feito com os R$ 500 bilhões de juros serão pagos pelo governo. Com estes recursos, seria possível financiar um plano econômico dos trabalhadores para avançar na solução dos problemas sociais.

Para enfrentar o desemprego e o déficit habitacional, um plano para construir seis milhões de casas populares custaria R$ 72 bilhões (a um custo de R$ 12 mil cada casa, de acordo com estudo da UFRGS).

Para financiar uma reforma agrária real, expropriando sem indenizar nenhum latifundiário, calcula-se que seriam necessários R$ 78,5 bilhões. Este dinheiro seria destinado a 4,5 milhões de famílias sem terras (o total de sem-terra do país), com R$ 17,5 mil de financiamento para cada assentamento (custo calculado pela Auditoria Cidadã da Dívida).

Ainda com os recursos dos juros da dívida, poderiam ser duplicados os gastos de 2005 em saúde (mais R$ 40,5 bi) e educação (R$ 21 bi). Direcionando este investimento para saúde e educação públicas e de qualidade, e não para a iniciativa privada (como o Prouni na educação ou os convênios particulares na saúde), seria possível começar a mudar a situação nestas áreas. A duplicação do orçamento da educação e saúde nos quatro anos de governo seria de R$ 244 bilhões.

São planos para mudar qualitativamente a situação social do país em relação aos temas: desemprego, reforma agrária, educação, saúde e habitação popular. O gasto total destas iniciativas seria de R$ 394,5 bilhões, ou seja, R$ 100 bilhões a menos do que Lula vai pagar aos banqueiros.

A POLÊMICA NA ESQUERDA

Esta é uma discussão chave que, no programa acordado entre PSTU e PSOL, está presente por meio do chamado à suspensão imediata do pagamento das dívidas interna e externa, com a auditoria das mesmas.

Trata-se de uma postura correta, indispensável para uma Frente de Esquerda que se propõe a enfrentar as duas candidaturas majoritárias que querem continuar com o pagamento das dívidas.

Um setor da esquerda, incluindo uma parte do PSOL, defende uma postura diferente que aponta para um refinanciamento da dívida com pagamento parcial dos juros. Esse setor afirma ser esta uma postura "mais realista", que não assume uma ruptura com o mercado financeiro e o imperialismo.

Contudo, não existe nenhuma fundamentação real nesta proposta. Em primeiro lugar, a dívida já foi paga. Só entre o governo Sarney e o início do de Lula foram pagos US$ 635 bilhões em juros e amortizações. Ou seja, pagamos a dívida mais de duas vezes e a conta é cada vez maior.

Por fim, refinanciamento significa manter o pagamento da dívida, a sangria dos investimentos e o corte dos gastos sociais. Não estamos propondo diminuir o saque do país, estamos propondo terminar com ele. A proposta é a ruptura com o imperialismo, não a continuidade da submissão.

ROMPER COM O IMPERIALISMO SERIA UM PASSO HISTÓRICO

Quando uma política de ruptura é proposta, muitos argumentam que o país ficaria isolado. Hoje, entretanto, se pode observar que o repúdio ao neoliberalismo deu um salto em nosso continente, tão grande que possibilitou a eleição de vários governos que fizeram discursos 'antiimperialistas' em suas campanhas eleitorais, mas depois da posse passaram a renegar seu passado.

Alguns têm atritos bastante limitados com o imperialismo, como o caso de Evo na Bolívia.

Se o Brasil, economia mais forte da América Latina, rompesse com o imperialismo e deixasse de pagar as dívidas, provocaria uma enorme onda de apoio dos trabalhadores latino-americanos, que pressionaria esses governos. Seria possível impulsionar uma campanha continental dos trabalhadores contra o pagamento das dívidas, que poderia ter desdobramentos revolucionários.

"Mas aí Bush invadiria o país", argumentam os defensores do governo petista. Isso tem o mesmo valor dos argumentos dos burocratas sindicais que são contra todas as greves, e dizem que *"se os trabalhadores pararem de trabalhar, o patrão vai chamar a polícia para bater em todo o mundo"*.

Se os trabalhadores dessem ouvidos a esses burocratas, nunca fariam greves. Se o povo cubano tivesse esta postura, não haveria a revolução de 59. Além do mais, o atoleiro da intervenção no Iraque indica que o imperialismo já não pode fazer tudo o que quer.

TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO ENCERRAM GREVE HISTÓRICA

YARA FERNANDES, da redação

O Judiciário Federal estava em greve nacional desde o dia 3 de maio pela aprovação do projeto que revisa o Plano de Cargos e Salários da categoria. No dia 23 de junho, o governo fez uma proposta sobre o orçamento para o plano, que foi aceita pelas assembléias realizadas nos estados entre os dias 26 e 30.

A proposta é de parcelamento do plano em dois anos e meio, com pagamentos em junho (retroativo) e dezembro de 2006, julho e dezembro de 2007 e julho e dezembro de 2008.

Os servidores avaliaram que a proposta é boa e, além disso, este acordo com o Executivo facilita a tramitação do projeto de lei, que se encontra na Câmara. No dia 30, foi apresentado um recurso incluindo os termos do acordo e também um pedido para que o projeto tramite em regime de urgência urgentíssima.

A categoria já é vitoriosa, pois conseguiu derrotar a proposta inicial do governo, que era de parcelar até 2009 e cortar todos os índices de reajuste pela metade. Com o acordo fechado, o valor será integral ao final de 2008. Apesar da greve ter sido suspensa, os servidores mantêm estado de greve até que o projeto seja sancionado. Em São Paulo, haverá paralisações de duas horas nos dias em que houver votação em Brasília.

FOTO SINTRAJUD

O PAPEL DA CONLUTAS

O principal sindicato da Conlutas no Judiciário é o Sintrajud, de São Paulo. E este sindicato, bem como a própria categoria deste estado, cumpriu um papel decisivo na greve. Isto porque no dia 17 de maio, quando o projeto que revisa o PCS foi aprovado na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, a Fenajufe, federação que representa o Judiciário Federal, orientou a suspensão da greve.

A orientação deixava a categoria sem nenhuma garantia, pois o relatório aprovado na comissão tinha uma ressalva de que o plano só seria implementado caso houvesse dotação orçamentária. E, naquele período, a negociação com o governo sobre o orçamento mal havia iniciado. Apesar disso, o governo pediu à federação que recuasse da greve e desse dez dias para que o Executivo fizesse uma proposta.

Foi São Paulo que resolveu, em assembléia, permanecer em greve e não depositar nenhuma confiança no governo. Também não deram trégua os servidores do TRE da Bahia e do TRT do Paraná. E o desfecho da história comprovou quem estava certo: os dez dias de trégua apenas deram mais tempo ao governo e atrasaram a tramitação. Ao final, não foi feita proposta e a greve foi retomada em todo o país. O acordo só saiu com o fortalecimento da greve.

Os servidores de São Paulo fizeram a maior greve da história do Judiciário no estado. Se em outros estados a greve teve uma interrupção de dez dias, em São Paulo foram 60 dias de greve. Também os índices de adesão surpreenderam, chegando a até 80% e atingindo os três ramos do Judiciário (federal, eleitoral e trabalhista).

Entretanto, a categoria avaliou em assembléia que não há confiança neste governo e que, apesar de suspender a greve, todos estão em alerta e não está descartada a possibilidade de retomar a greve caso o governo recue do acordo firmado. A vitória já obtida é fruto da luta da categoria e ela não vai abrir mão disso. O diretor do Sintrajud, Cláudio Klein, afirma: *"Não vamos perder esse PCS, ele é nosso! Nós conquistamos e derrotamos o governo!"*.

NOVA VANGUARDA

Já no final da greve, teve início a eleição dos diretores de base do Sintrajud. Ela expressa uma nova e jovem vanguarda que surge no processo de mobilização, caracterizando uma verdadeira renovação dos lutadores da categoria. Serão eleitos mais de 60 diretores nos locais de trabalho, de 28 de junho a 5 de julho. A diretoria apóia os candidatos que estiveram à frente da greve.

CONLUTAS

CONLUTAS TEM IMPORTANTE VITÓRIA NO CEARÁ

GEORGE BEZERRA, de Fortaleza (CE)

A chapa de oposição da Conlutas venceu as eleições para o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Confecção Feminina do Ceará. A chapa venceu com uma diferença de 18 votos, numa votação expressiva em que 90% das operárias foram às urnas. Esta é mais uma importante vitória da Conlutas no estado. A Conlutas havia vencido as eleições do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e, para o Sindiute (Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação), duas chapas da coordenação tiveram 40% dos votos para um sindicato proporcional, em um duro golpe contra a CUT governista.

O Sindicato da Confecção Feminina representa uma das mais importantes categorias fabris do estado.

Essa vitória é muito importante, pois significa a implantação da Conlutas num setor bastante explorado e oprimido da nossa classe, que são as mulheres operárias da indústria de confecção.

SERVIDORES EM GREVE ENFRENTAM REPRESSÃO EM MARINGÁ

DA REDAÇÃO

Os servidores municipais de Maringá (PR) entram no primeiro mês de greve enfrentando a brutal repressão da prefeitura de Sílvio Barros (PP). Além de reajuste salarial e plano de carreira, os servidores reivindicam o fim das perseguições políticas aos funcionários públicos.

No entanto, o prefeito, além de se recusar a negociar com os servidores, responde com ações judiciais, ameaçando descontar os dias parados dos grevistas. A isso se soma a contratação da milícia armada Kamillus Segurança para perseguir e atentar contra a integridade física dos servidores, escancarando seu enorme desrespeito aos direitos humanos.

A prefeitura também recorre à força repressiva do Estado contra o movimento. No dia 28 de junho, os servidores foram ao paço municipal para realizar uma manifestação pacífica. Quando chegaram, seguranças armados iniciaram uma repressão sem precedentes. E, o pior, os funcionários foram acusados indevidamente por atentado ao patrimônio público, enquanto filmagens do sindicato e da imprensa atestam as agressões absurdas contra os servidores.

Diante disso, os grevistas decidiram em assembléia continuar no paço junto com os representantes dos movimentos sociais, organizações não-governamentais e sindicais, além da Igreja Católica, até que fosse garantida a tranqüilidade no local. No entanto, logo após a saída dessas entidades, a tropa de choque da Polícia Militar do governador Roberto Requião (PMDB) cercou a prefeitura com mais de 100 policiais e cachorros, e desencadearam uma verdadeira sessão de horror contra os servidores.

O advogado do Sismmar (Sindicato dos Servidores Municipais de Maringá), a presidente do sindicato, os diretores e mais de 40 servidores foram presos e sofreram agressões de todo tipo.

Os servidores precisam de apoio financeiro e político. Envie sua solidariedade para sismmar@yahoo.com.br.

Blog:sismmar.blogspot.com

CONVENÇÃO DO PSTU OFICIALIZA FRENTE E LANÇA CANDIDATURAS

DIEGO CRUZ, da redação

Em São Paulo, apesar do intenso frio, cerca de 250 pessoas, entre sindicalistas, estudantes e ativistas lotaram o plenarinho da Câmara Municipal, no último dia 29, para o ato de lançamento nacional da Frente de Esquerda e das principais candidaturas do **PSTU** no estado. Também estiveram presentes importantes lideranças sindicais e do movimento popular, além de representantes do PSOL e do PCB, demais partidos da Frente de Esquerda.

FOTOS CROMAFOTO

Representantes da Frente cantam hino da Internacional no encerramento da convenção

ORGANIZAR OS TRABALHADORES

O presidente nacional do **PSTU**, José Maria de Almeida, o Zé Maria, abriu o ato falando sobre os desafios da esquerda na luta contra o governo. *"Este não é um governo qualquer. Lula foi eleito embalado em grande expectativa. Temos que definir uma estratégia para enfrentar esse governo, buscando a unificação dos trabalhadores"*, afirmou.

Zé Maria deu como exemplo da busca pela unidade nas lutas a grande vitória que foi o Conat. Neste segundo semestre, no entanto, as eleições polarizarão a luta política. Segundo ele, o caminho agora é *"fortalecer a mobilização e as organizações dos trabalhadores, pois é na luta que vamos transformar esse país"*.

Dirceu Travesso, o Didi, dirigente do Movimento Nacional de Oposição Bancária e candidato a deputado federal, denunciou a falsa polarização entre PT e PSDB. Dirceu também falou sobre os principais pontos da campanha do **PSTU** nessas eleições. *"A proposta do **PSTU** é que nossa campanha não se restrinja ao debate eleitoral. Vamos resgatar o programa socialista. Falar sobre a necessidade de não pagar a dívida externa e interna, pois, enquanto isso não acontecer, não haverá recursos para investir em saúde e educação"*, afirmou.

CANDIDATURAS DE LUTA

Para a vaga do Senado da Frente de Esquerda, a convenção lançou o nome de Luiz Carlos Prates, o Mancha, ex-presidente e atual diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos (SP), referência nacional de luta. Mancha, que talvez venha a ser o único candidato negro ao Senado, lembrou a posição do **PSTU** quando Lula foi eleito com o apoio incondicional de grande parte da esquerda socialista. *"Não só não confiamos em Lula como chamamos os trabalhadores a lutarem contra esse governo. O que Lula faz não é enganar os ricos e governar para os pobres, como muitos acham, mas justamente o contrário"*, afirmou.

Zé Maria denuncia falsa polarização

Para a Assembléia Legislativa, o **PSTU** lançou os nomes de reconhecidas lideranças, como Fábio Bosco, bancário do Santander-Banespa e candidato a prefeito pelo partido em 2004. Também foi lançada a candidatura de Edgar Fernandes, histórico dirigente dos professores e atual vice-presidente, pela oposição, da Apeoesp.

Representando a luta dos movimentos sociais e populares, Toninho Ferreira, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e atual advogado dos sem-teto da ocupação do Pinheirinho, será candidato a deputado estadual. Da mesma forma, a servidora Ana Luiza, dirigente sindical que liderou uma greve de dois meses do Judiciário Federal contra o governo, concorrerá à Assembléia. A candidata enfocará a luta contra a opressão nos marcos da classe, denunciando o capitalismo.

ARRUDA NELES!

O candidato ao governo do estado pela frente, Plínio de Arruda Sampaio (PSOL), fez questão de comparecer à convenção. Plínio afirmou que seu principal objetivo nessas eleições é fortalecer o reagrupamento da esquerda socialista, já que *"as mudanças nesse país não se darão pelas eleições"*.

Para ele, os principais eixos da campanha no estado devem ser: oposição frontal às demais candidaturas, contestando a ordem estabelecida; transformar a campanha numa frente de massas, com um programa anticapitalista, para além do período eleitoral; e fazer propaganda do socialismo. Plínio terminou seu discurso com seu bem-humorado lema: *"Nessas eleições, é 'arruda' neles!"*.

CAMINHADA E ATO VÃO LANÇAR FRENTE DE ESQUERDA NO RIO

DA REDAÇÃO

Em 6 de julho, primeiro dia oficial de campanha, serão realizadas no Rio de Janeiro duas importantes atividades da Frente de Esquerda. A primeira será uma caminhada ao meio-dia pela avenida Rio Branco, no centro da cidade. Participará da caminhada a candidata a presidente da República, Heloísa Helena. A concentração para a caminhada será às 10h na Candelária e contará com massiva participação dos militantes do **PSTU** e seus candidatos.

Logo mais à noite, o **PSTU** realizará um ato de lançamento das candidaturas do partido, na Universidade Candido Mendes, no centro do Rio. O evento também contará com a presença de Heloísa Helena.

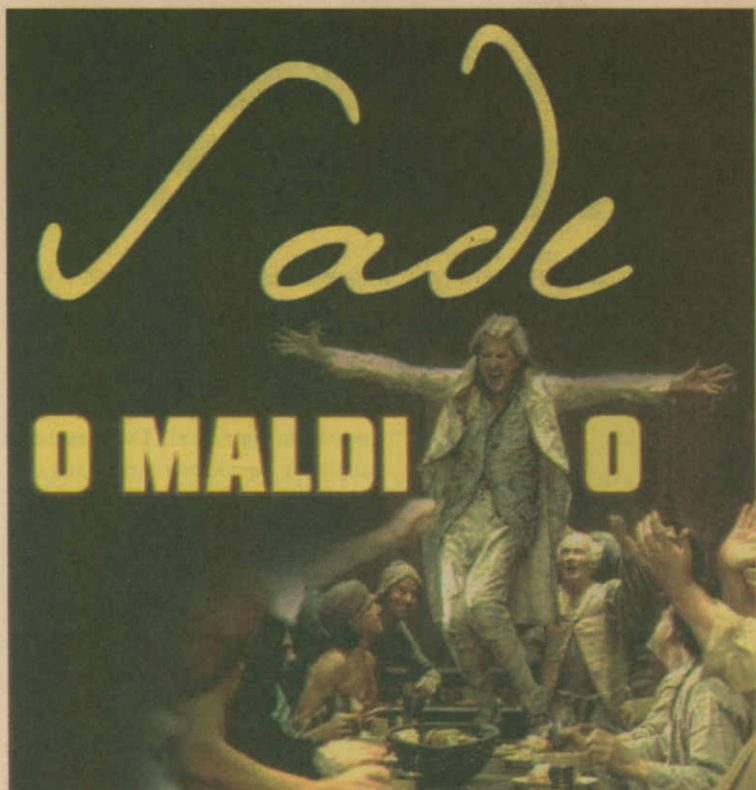
COMPROMETIDOS COM A LUTA DO POVO

Concorrendo ao Senado pela frente, será lançada a companheira Dayse Oliveira, professora da rede pública estadual, diretora licenciada do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (Sepe-RJ) e militante histórica do movimento negro.

Em 2002, Dayse foi candidata pelo **PSTU** a vice-presidente da República na chapa com Zé Maria e concorreu em 2004 pelo partido à Prefeitura de São Gonçalo. No dia 7 de julho, será realizado na sede do **PSTU**/RJ um debate com Dayse e representantes do movimento negro sobre a ocupação militar no Haiti.

No ato também será lançada a candidatura de Cyro Garcia a deputado federal. Militante histórico, Cyro é bancário do Banco do Brasil e esteve à frente das principais mobilizações no estado. Foi presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de 1988 a 1991. Quando foi deputado federal, apresentou projeto de lei contra a privatização da Light, apoiado na luta dos eletricitários. Cyro rompeu com a CUT e hoje se dedica à construção da Conlutas.

Primeiro jornal de campanha do PSTU

Para concorrer à Assembléia Legislativa, foram lançados os nomes de Otacílio Ramalho, diretor do Sindicato dos Bancários do Rio e membro do Conselho Deliberativo da PREVHAB; Mariana Caetano, professora da rede pública e dirigente do Sepe; Renato Gomes, um dos principais dirigentes do Sindicato dos Comerciários de Nova Iguaçu; Ronaldo de Moraes, ex-diretor do Sindicato dos Bancários do Rio, sempre na luta contra a privatização do BB; e Luiz Salarini, professor da rede pública estadual e diretor do Sepe e ex-candidato pelo **PSTU** à Prefeitura de Nova Friburgo em 2004.

Relacionada (e confundida) geralmente com a noção de perversão e prazer através do sofrimento, a subversiva obra do Marquês de Sade tem muito mais a revelar

***YARA FERNANDES**, da redação*

Donatien Alphonse-François, o Marquês de Sade, foi e ainda é um dos escritores mais controversos da história. Sua literatura ataca as instituições da igreja e da família, a moral e os bons costumes, escancarando personagens libertinos e a defesa de uma delirante liberdade individual, principalmente sexual.

As obras do Marquês foram proibidas ou malditas por mais de cem anos. Ainda que tenha vivido num período revolucionário (a Revolução Francesa), Sade foi perseguido, proibido e encarcerado durante a maior parte de sua vida, por todos os regimes sob os quais viveu.

Nascido na França em 1740, viveu 74 anos, 27 deles em prisões e sanatórios. Morreu em um destes, em 1814, sem ver publicado e pensando haver perdido para sempre o manuscrito daquela que considerava ser sua mais importante obra: "Os 120 dias de Sodoma ou a Escola da Libertinagem".

Apenas no século XX, as obras do Marquês começaram a ser resgatadas, principalmente a partir da paixão dos artistas surrealistas pelo escritor. Mas, mesmo assim, publicar Sade era motivo para ações judiciais, como ocorreu com o editor Jean-Jacques Pauvert, processado e multado em 1956.

Somente nos anos 60, principalmente após o "Maio de 68", a obra do Marquês começou a ser mais difundida. A moral individualista e espontaneísta da época, contra os tabus e preconceitos, deu maior espaço para Sade. Vale recordar que esse individualismo cabia dentro de todas as normas da burguesia.

RESSURGE O MARQUÊS

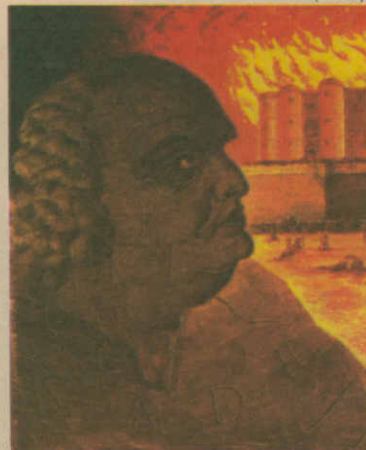
Hoje, Sade é revisitado e várias obras suas são republicadas, como "Os crimes do amor" (L&PM), "A filosofia na alcova", "O diálogo entre um padre e um moribundo" e o mais recente "Os 120 dias de Sodoma" (Iluminuras). Soma-se a eles o recente lançamento de Eliane Robert Moraes, pela mesma editora, de "Lições de Sade: ensaios sobre a imaginação libertina".

Eliane tece interpretações das principais obras, desvenda o contexto da época, o surgimento de organizações secretas libertinas e as influências do Marquês, principalmente sobre os surrealistas.

Também está em cartaz em São Paulo, no Espaço Satyros II, a adaptação teatral de "Os 120 dias de Sodoma", do diretor Rodolfo Garcia Vázquez. Nela, a homérica orgia sai do Castelo de Sillig do texto original, para se instalar no Brasil atual, com uma dura crítica aos recentes escândalos de corrupção.

A exemplo do original, sem pudores, a peça aponta o dedo para as elites, a Igreja, os parlamentares, o Judiciário e o governo. Critica o falso riso, a mercantilização do carnaval e a falsa democracia burguesa. *"A democracia é a melhor máscara para esconder o prazer absoluto da diferença. Enquanto os miseráveis pensam que são iguais a nós, mais podemos abusar do poder que o Estado nos propicia. Eles só têm o direito de votar, e esse voto é sempre em algum de nós. Portanto, tudo fica como nos interessa. O melhor de tudo é que nós dizemos: 'somos todos cidadãos', mas eles sempre se esquecem de perguntar: 'de que tipo?'"*. A fala é do personagem original de Sade. Os Satyros completam, cantando em coro o que a história repete: *"Assim o tirano subjuga os súditos"*.

OBRA SUBVERSIVA

Seus primeiros escritos já eram assumidamente ateus e libertinos. O "Diálogo entre um padre e um moribundo" subverte o sacramento da extrema-unção, mostrando o moribundo tentando convencer o padre sobre a inexistência de Deus. Já em "Filosofia na Alcova ou os preceptores imorais", Sade investe contra a instituição da família, desconstruindo a idéia da educação e da passagem de valores virtuosos dos pais para os filhos. No livro, a Senhora de Saint-Ange, auxiliada por seu irmão, o Cavaleiro de Mirvel, e pelo jovem Dolmancé, instrui a bela Eugénie nos mistérios do prazer, com lições libertinas e críticas às "mães de família" e sua moral virtuosa.

MAN RAY (1938)

Em "Os 120 dias de Sodoma", Sade promete (e cumpre) "a narrativa mais impura já escrita desde que o mundo existe", que narra uma orgia patrocinada por quatro libertinos, que são importantes e figuras públicas, símbolos do Poder, dentre eles um bispo. A orgia possui regras e é dividida em quatro ciclos: das paixões simples, das paixões complexas, das paixões criminosas e das assassinas.

O SISTEMA FILOSÓFICO SADIANO

Apesar das aproximações filosóficas do Marquês com os iluministas, no manifesto "Franceses, mais um esforço se quereis ser republicanos", em "Filosofia na Alcova", Sade reclama aos iluministas a realização da proclamada liberdade, dando a esta palavra seu significado máximo. Para ele, para realizar a liberdade é preciso acatar o crime como ação individual e desautorizar o Estado a praticá-lo.

Esta idéia está relacionada à visão de Sade, de que o homem, sendo um animal, age segundo leis da natureza. Com isso, cabe lembrar, se choca com as poucas regras morais subsistentes, "limitadas e instáveis", que estão acima das classes no cotidiano. Leon Trotsky, ao atacar a burguesia, que tenta impor sua moral às classes oprimidas, afirma que: *"Então não existem preceitos morais elementares elaborados pelo desenvolvimento da humanidade e indispensáveis à vida de qualquer coletividade? Existem, sem dúvida, mas sua eficácia é muito incerta e limitada. As normas 'obrigatórias para todos' são tanto menos eficazes quanto mais áspera se torna a luta de classes (...)"*.

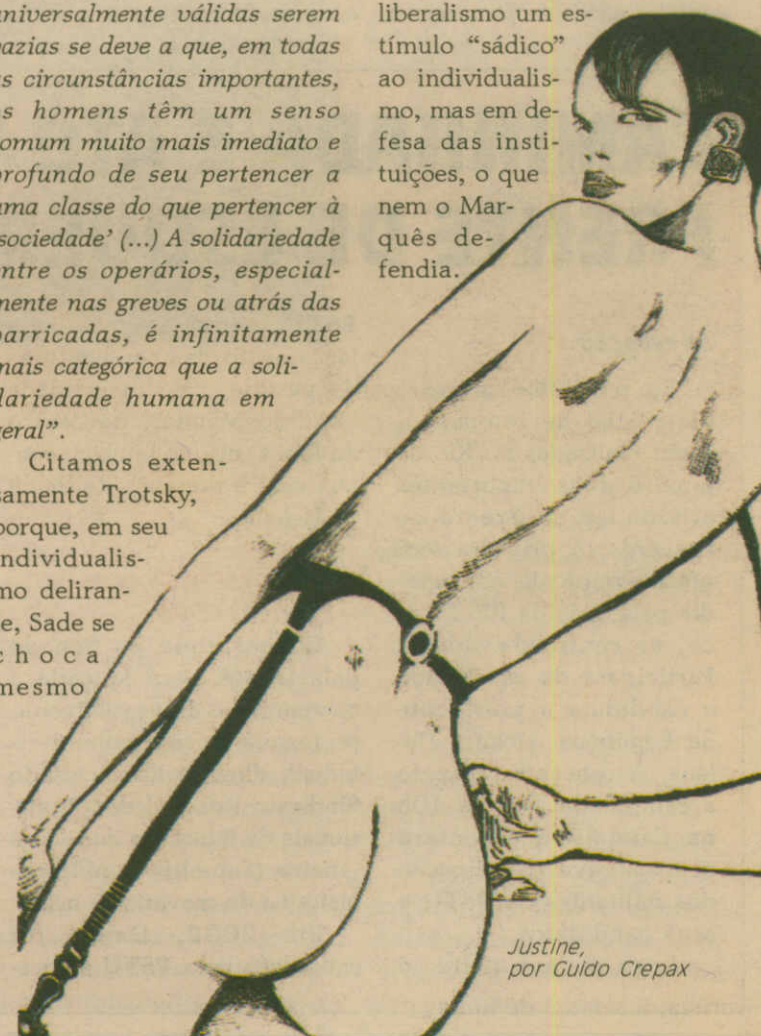
"(...) O fato dessas normas universalmente válidas serem vazias se deve a que, em todas as circunstâncias importantes, os homens têm um senso comum muito mais imediato e profundo de seu pertencer a uma classe do que pertencer à 'sociedade' (...) A solidariedade entre os operários, especialmente nas greves ou atrás das barricadas, é infinitamente mais categórica que a solidariedade humana em geral".

Citamos extensamente Trotsky, porque, em seu individualismo delirante, Sade se choca mesmo com as regras morais "limitadas e instáveis" do cotidiano, em defesa da satisfação de instintos animais. Ao justificar os crimes, Sade conclui que a busca individual pela liberdade, pelo prazer, pela satisfação dos desejos, não tem limites. Ao contrário da dialética marxista, o movimento visto pela filosofia sadiana está muito mais no indivíduo e na natureza do que no coletivo das classes.

O neoliberalismo, conscientemente, retomou a pregação do individualismo para combater a consciência de classe. Nestas últimas décadas, os trabalhadores foram estimulados a buscar saídas individuais, a qualificação profissional, para produzir mais, "vestir a camisa da empresa", para subir na vida. Tudo o que tenha um significado coletivo foi decretado como "fora de moda", "ultrapassado". O Leste Europeu contribuiu para isso.

O pensamento de Sade foi, durante muitos anos na história simplificado no conceito patológico de sadismo, que provém do nome do Marquês e é definido como *"perversão caracterizada pela obtenção de prazer sexual com a humilhação ou o sofrimento físico de outrem"*. Muitas cenas em suas obras cabem nesta definição simplista. Mas, a filosofia sadiana vai muito além. E seria justificado encontrar no neoliberalismo um estímulo "sádico" ao individualismo, mas em defesa das instituições, o que nem o Marquês defendia.

Justine, por Guido Crepax

A VOLTA DA BARBÁRIE

CECÍLIA TOLEDO, da revista **MARXISMO VIVO**

Esta semana, Israel voltou a atacar os territórios palestinos. Bombardeios aéreos e incursões terrestres contra a população civil deixaram a Palestina em chamas. Uma usina elétrica foi atingida e praticamente toda a Faixa de Gaza está às escuras. A operação foi de tal monta que 64 membros do Hamas, partido que hoje ocupa o governo da ANP (Autoridade Nacional Palestina), entre eles oito ministros e 23 deputados, acabaram sendo presos por Israel.

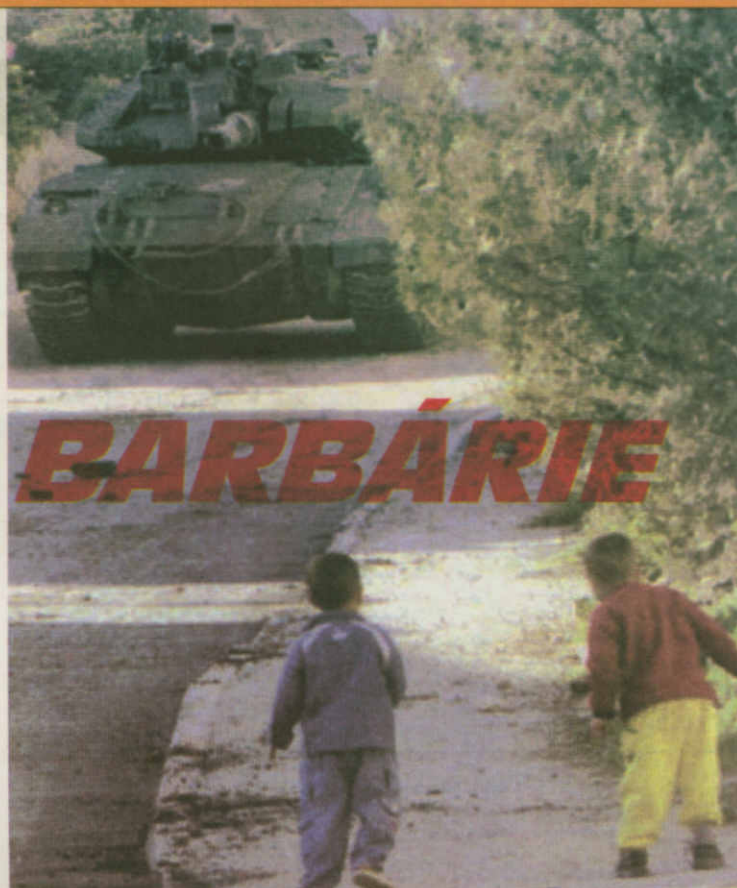
O objetivo declarado do ataque era resgatar um soldado israelense que estava em poder de um grupo palestino, que pedia em troca a libertação de mil presos palestinos. Era o pretexto que Israel queria para fazer aquilo que vem ensaiando desde janeiro deste ano, quando o Hamas venceu as eleições e assumiu o governo da ANP.

"ISRAEL NÃO NEGOCIA COM TERRORISTAS"

Essa foi a declaração do governo israelense. A questão aqui é saber quem é o terrorista de fato. Porque, desde 1948, quando foi fundado sobre terras usurpadas dos palestinos, o Estado de Israel tem avançado decididamente para tornar-se um Estado terrorista, a serviço de uma verdadeira limpeza étnica contra o povo palestino. Já se vão 58 anos de massacres constantes, violações dos direitos humanos, prepotência, perseguições contra o povo palestino por um Estado que sabe muito bem usar o drama do povo judeu para legislar em causa própria. Enclave dos Estados Unidos no Oriente Médio, Israel vem acumulando um arsenal bélico imenso. Já tem sete centros nucleares e 400 bombas atômicas, milhões de soldados treinados pelos americanos e prisões de segurança máxima, abarrotadas de palestinos, a maioria combatentes das Intifadas.

Com todo esse arsenal, ao invés de libertar os presos e resgatar o soldado, Israel preferiu despejar todo o seu ódio e seu poderio militar sobre Gaza e Cisjordânia e, em troca de uma vida, abriu fogo contra milhões de pessoas.

FAZER O HAMAS AJOELHAR-SE

Desde que o Hamas chegou ao governo da ANP, em janeiro, Israel não deixou um minuto sequer de atacar os palestinos e demonstrar aberta e militarmente sua disposição em minar a sua autoridade. O premiê palestino, Ismail Haniyeh, do Hamas, disse que os ataques são uma forma de pressão de Israel para derrubar o seu governo.

Ver o Hamas de joelhos, mas não diante de Alá e sim de outro deus, o deus Israel. É isso que quer a "democracia" sionista-imperialista. Desde janeiro os sionistas buscavam uma desculpa para voltar a atacar os territórios palestinos e forçar o Hamas a enquadrar-se e capitular. Isso porque, apesar de se mostrar disposto a negociar uma trégua, o Hamas ainda mantém em seu programa o não reconhecimento do Estado de Israel, contra a Al Fatah, apoiada pelos israelenses e o imperialismo. Essa é a "democracia" de Israel e Estados Unidos: só respeitam os resultados eleitorais se o vencedor é um aliado.

Estes ataques violentos contra Gaza e Cisjordânia, numa reação totalmente desproporcional em relação ao motivo alegado – libertar o soldado, demonstram a política que o Estado sionista está levando adiante, com o apoio do imperialismo (a única reação de Condoleezza Rice e os ministros das Relações Exteriores do G8, grupo formado pelos sete países mais ricos e a Rússia, foi divulgar uma nota conjunta expressando "preocupação" com a prisão dos membros do Hamas e pedindo "moderação"a Israel). Por mais que o Hamas se mostre disposto a negociar, e até mesmo aceitar a existência de Israel, este não pode admitir sentar-se à mesa com uma organização que conserve um mínimo sequer de independência e, mesmo de forma distorcida, expresse a vontade do povo palestino de ter seu território de volta.

POR QUE OS PALESTINOS VOTARAM NO HAMAS

Foi pensando nisso que os palestinos votaram no Hamas, porque ainda mantém em seu programa a luta pelo fim do Estado de Israel. A vitória eleitoral do Hamas foi uma espécie de plebiscito contra o governo de Mahmud Abbas, na ANP, e sua organização política, a Al Fatah. Desde os tempos de Arafat, a ANP é dominada por uma burguesia entreguista e corrupta, que embolsa a ajuda financeira enviada pela Europa, Estados Unidos e países árabes para os palestinos.

Somam-se a isso, as péssimas condições de vida do povo palestino, vivendo como párias num território ocupado por Israel e sofrendo uma repressão constante e sistemática, que alimento o ódio e o desejo de vingança. O voto no Hamas expressou tudo isso, além do protesto contra os Acordos de Oslo, assinados em 1993, numa clara capitulação de Arafat diante do imperialismo norte-americano e europeu.

Sharon e Bush

Inicialmente, as massas palestinas deram seu apoio ao acordo, pensando que obteriam paz e uma melhoria em suas condições de vida. Mas isso não aconteceu. De concreto, só foram feitas algumas pequenas concessões aos dirigentes palestinos que, em troca, ficaram confinados em ínfimos territórios, sob o controle militar de Israel. De fato, a ANP administra zonas isoladas similares aos bantustões da África do Sul, durante a época do apartheid.

O voto no Hamas representou uma esperança para o povo palestino. Mas a realidade é que o Hamas já havia aderido à trégua entre o governo da Al Fatah e Israel em 2004. Ainda não tirou de seu programa a luta contra Israel e não entregou as armas, mas "congelou" essa luta e se limitou a administrar escolas e hospitais, construídos com fundos de ONG's, do governo do Irã e de organismos dos países imperialistas.

A POLÍTICA DO HAMAS

O projeto do Hamas é a criação de um Estado islâmico. Essa posição e seu caráter burguês poderiam levar o Hamas a ceder às pressões e aceitar, de fato, os Acordos de Oslo para ter, pelo menos, um pequeno Estado. Recentemente, a imprensa informou a assinatura de um acordo entre Abbas e Ismail Haniyeh, que considerou positiva a posição da União Européia de retomar as doações financeiras, mesmo que estas sejam remetidas às mãos de Abbas e Haniyeh e só pediu que "se leve em conta a existência de seu governo". Ao mesmo tempo, disse que estava disposto a negociar e estender a trégua com Israel 'por 20 anos'.

O Hamas precisa denunciar a criminosa ocupação israelense, bem como os recentes bombardeios, e exigir a imediata devolução de todos os territórios ocupados por Israel, explicando claramente às massas palestinas que os Acordos de Oslo só servem para favorecer os planos imperialistas e sionistas. Se continuar insistindo na negociação com Israel, como tem feito até agora, o Hamas será responsável por uma nova frustração das aspirações do povo palestino.

O FUTEBOL-ARTE NA COLEIRA

GUSTAVO SIXEL,
da redação

Voltamos a ser vira-latas. Com a campanha e a derrota para a França, os jogadores enterraram a frase do escritor Nelson Rodrigues que, após o título de 1958, profetizou que havíamos perdido o complexo de vira-latas.

Em campo, o Brasil caminhou de um lado a outro, sem conseguir ameaçar o adversário. Não rosnou, não lutou, não ofereceu perigo. Não mordeu a bola. Não mostrou os dentes. Não jogou com garra. Como todo vira-lata, não teve raça.

O melhor time do mundo mostrou-se apenas uma matilha de cães adestrados. O clima de euforia dos malas Galvão Bueno e Pedro Bial tomou conta do país, mas invadiu primeiro a cabeça dos jogadores. Afinal, se o time era comparável ao de 70, como poderia não se classificar para a final? Assim, entrar em campo era apenas cumprir um script. A vitória viria, assim como o afago ou o presente do dono após uma pirueta.

A marca de um vira-lata é a sua docilidade. Não é traiçoeiro e tampouco compartilha da personalidade dos felinos. Pode ser maltratado, chutado, abandonado, mas voltará a abanar o rabo ao primeiro olhar de seu dono. É dócil. Alguns podem chamar isso de lealdade. No caso do futebol, é apenas falta de vergonha na cara.

E foi o que a torcida cantou. E dá-lhe "Time sem vergonha", ao som de "Poeira", de Ivete Sangalo.

Em 1982, depois da derrota nos pés de Paolo Rossi, Carlos Drummond de Andrade escreveu uma crônica para o *Jornal do Brasil* que ficou famosa. Depois de contar o choro das pessoas nas ruas, o poeta escreveu: *"Eu gostaria de passar a mão na cabeça de Telê Santana e de seus jogadores, reservas e reservas de reservas, como Roberto Dinamite, o viajante não utilizado, e dizer-lhes, com esse gesto, o que em palavras seria enfático e meio bobo."*

Os torcedores de hoje, muitos de gerações que se acostumaram a ver o Brasil na final, não querem afagar a cabeça dos jogadores. Longe disso. Erguem o dedo médio e os xingam de tudo o que podem.

Alguns podem dizer que, se um dos raros ataques do time tivesse resultado em gol, a torcida estaria exaltando o time. Pode até ser. Mas o combustível dessa decepção e revolta não está apenas no resultado. Afinal, o 5º lugar é o mesmo de 1982 e 1986, com equipes que são lembradas até hoje, principalmente a de 1982.

A seleção não despertaria tanta raiva se tivesse lutado em campo. Se tivesse caído de pé, como, rixas a parte, fez a Argentina. A apatia em campo é o motor da raiva. E quais as razões para essa apatia? Muitos têm apontado os altíssimos salários e o fato de a maioria absoluta jogar fora do país. É um fato que não pode ser desprezado. Marx dizia que *"a existência determina a consciência"*. É o que talvez explique porque três jogadores, inclusive Roberto Carlos, tiveram tranqüilidade para sair às compras no dia seguinte à derrota. Que apenas dois jogadores tenham pedido desculpas aos torcedores. Que Ronaldo tenha embarcado em um jato. Que apenas três tenham retornado ao país.

O time de estrangeiros não vestiu a camisa da seleção. Em meio às seleções dos países, havia dezenas de outras. A do Barcelona, do Real Madrid, do Manchester United, do Lyon, do Internazionale de Milão. Companheiros de clubes, compartilham da vida européia, de altos salários. Durante o jogo, trocam sorrisos enquanto sofrem milhões de desdentados. No fim, diante da graça de um Zidane em seus melhores dias, só faltou pedir a camisa e autógrafos. Com exceções, não são jogadores da seleção brasileira. Estão jogadores. Amanhã estarão de volta aos seus clubes.

Desde o começo da Copa, Parreira tem sido alvo de críticas. Ele levou ao extremo a máxima de que copa do mundo não é lugar para espetáculo, para jogar bonito. Assim, manteve um esquema burocrático, responsável por um futebol irreconhecível. Promoveu amistosos com seleções fraquíssimas, incluindo até um time suíço, um Tabajara Futebol Clube dos Alpes. Levou a campo contra a França um esquema não testado, demorou a fazer substituições, trocou errado. Errara antes, contra equipes mais fracas. Diante da primeira seleção campeã que enfrentou, seus erros mostraram-se fatais. Juca Kfouri tem razão: *"Todo castigo é pouco para quem se recusa a jogar bonito"*.

Mas talvez sua maior deficiência, para além da tática, tenha sido não ter conseguido dirigir o time. A França, mesmo com Zidane e Henry, não é uma seleção brilhante. Como também não o é a de Portugal que, embalada pela paixão de Scolari, chegou às semifinais. Faltou essa garra em nosso time.

O que terá dito Parreira no intervalo, quando tudo caminhava para uma nova tragédia? Números? Posicionamentos? Não era isso de que precisava aquele time de estrelas milionárias. Faltou a energia de Zagalo, sacudindo todo o time de 94 antes dos pênaltis. Terá esbravejado? Dito que Kaká não era Kaká? Que Ronaldinho Gaúcho precisava tirar aquela ridícula faixa da Nike e jogar o que sabe?

Faltou um técnico, alguém que fizesse cada um dar tudo de si. Que fizesse com que os 22 astros fossem de fato um time. Que deixasse o veterano Roberto Carlos concentrado no jogo, a ponto de ele simplesmente esquecer que usava meias. Faltava um técnico. Tivemos um síndico.

Alguns leitores, que nesse momento estão envolvidos em greves, na luta contra as demissões ou na preparação da campanha eleitoral com a garra que faltou aos nossos jogadores, possivelmente poderão achar que foi melhor assim. Que a derrota é benéfica, pois "desaliena o povo". Que, finda a festa, agora os olhos se voltarão para os ataques do governo, para as mentiras da oposição burguesa.

Sim, o pano desceu. As batalhas do cotidiano voltarão ao seu devido lugar. Mas o futebol não pode ser deixado de lado apenas porque alguns se utilizam dele para manter as ilusões. Não se pode voltar as costas para um espetáculo com esse brilho, assim como a esquerda, durante a ditadura, não conseguiu torcer contra o time de Pelé. Continuaremos atrás do futebol-arte, esteja ele onde estiver, o pá!